

# Resenha

Pranab Bardhan

Awakening Giants, Feet of Clay: Assessing the  
Economic Rise of India and China  
Princeton University Press. 2010



Julho de 2011

Núcleo de Cooperação Técnica e Ciência e Tecnologia

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



# Resenha

Pranab Bardhan

Awakening Giants, Feet of Clay: Assessing the  
Economic Rise of India and China

Princeton University Press. 2010



Julho de 2011

Núcleo de Análises de Economia e Política dos Países BRICS

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



## Awakening Giants, Feet of Clay: Assessing the Economic Rise of India and China

Ao longo dos dez capítulos do seu livro *Awakening giants, feet of clay. Assessing the economic rise of China and India*, Bardhan (2010)<sup>1</sup> busca analisar comparativamente a ascensão econômica de China e Índia. De acordo com essa proposta analítica, cada capítulo da obra cobre uma determinada área que possa servir como base para a comparação a ser realizada.

Desde o princípio, podemos perceber claramente os objetivos do autor, sendo eles, notadamente, apresentar: 1) os pontos em comum entre os dois ‘gigantes’, como, por exemplo, problemas de ordem social e ambiental a serem enfrentados; 2) os pontos diferenciais, como a forma que cada um deles escolheu para lidar esses problemas similares; 3) os princípios norteadores de cada um dos modelos de desenvolvimento adotados nos dois países; e 4) os impactos desses modelos no bem-estar das populações da China e da Índia.

À medida que vai produzindo sua análise comparativa, o autor passa, ao mesmo tempo, a desmontar diversos mitos que, segundo ele, cercariam os gigantes, sendo eles: a) o suposto surgimento de “novos capitalistas”, que seriam capazes de realimentar

o processo de desenvolvimento em ambos os países, b) a imagem de que o crescimento chinês seria justificado pelo fato de que a China teria se tornado “o centro manufatureiro do mundo”; c) o grande papel supostamente desempenhado por parte do investimento externo, incentivado pelo acesso à mão-de-obra extremamente barata, como financiador do modelo chinês (principalmente sob a figura do investimento externo direto, através das joint ventures); d) a associação do “milagre chinês” aos demais milagres asiáticos, dado o suposto papel central de Estados desenvolvimentistas como principais financiadores e guias de um programa de industrialização voltado para a exportação; e) o pensamento de que a tradição autoritária e centralista chinesa seria uma condição suficiente para explicar o porquê de a China ter conseguido obter melhores resultados quando comparada ao caso indiano (sendo a Índia uma democracia); e f) a visão de que a emergente classe média chinesa inevitavelmente passaria a demandar maiores direitos democráticos.

Nesta resenha, serão focados os mitos c, d e e; uma vez que esses seriam os mais difundidos na literatura e na mídia. Além disso, o real contexto apresentado através da desmistificação dessas três falsas imagens escolhidas indica pontos centrais de possível diferenciação entre os modelos chinês e indiano desenvolvidos por Bardhan.

Na contramão do senso comum, o

---

<sup>1</sup> Pranab Bardhan é professor de economia na universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, e já atuou em outras renomadas faculdades, como a London School of Economics, Cambridge e Oxford

autor apresenta o mercado interno chinês como principal fomentador e alvo do modelo de desenvolvimento, isso porque tal mercado seria a principal fonte de recursos e o principal consumidor da produção chinesa (fato esse que o autor busca corroborar através da apresentação de dados que comprovem a força do mercado interno chinês). Em contrapartida, Bardhan não refuta a ideia de que as joint ventures teriam sido responsáveis por um papel significativo no processo de crescimento, no entanto, tal papel seria apenas secundário, assim como o desempenhado pela absorção da produção chinesa por parte do mercado externo.

Por outro lado, o autor dedica grande parte do seu livro à tentativa de defender a tese de que o fato de os dois países terem modelos políticos diferentes (Índia democrática e a China autoritária), por si só, não seria suficiente para explicar o porquê de a China ter obtido maiores taxas de crescimento em relação às indianas (combatendo, portanto, o mito 'e'). Nesse sentido, Bardhan argumenta que o autoritarismo não seria condição necessária nem suficiente para a promoção do desenvolvimento, além de ressaltar que cada um desses modelos políticos apresentariam pontos favoráveis e desfavoráveis para o crescimento. O autor demonstra, à medida que ele passa a descrever cada um dos dois casos, que, na prática, as supostas vantagens de cada modelo político não se materializariam. Um dos exemplos citados pelo autor seria o de que, embora a democracia seja geralmente associada à garantia de incorporação das camadas populares no processo político, tal evento não teria sido concretizado na empiria da trajetória indiana.

Isso porque a maior possibilidade de participação não teria levado a uma maior atenção dos políticos a programas sociais que aliviassem as pressões sobre as populações menos abastadas, como, por exemplo, programas relacionados à educação e à saúde.

Bardhan também apresenta a realidade indiana como caracterizada por uma sociedade bastante heterogênea e por uma grande diferença econômica entre classes. Tais características fariam com que mudanças duradouras na própria estrutura do país se tornassem bastante difíceis. Além disso, facilitariam o crescimento de uma tradição populista na cultura política do país, por conta da tentativa de não desagradar grandes partes do eleitorado. Tal cultura também dificultaria a execução de reformas, como será explicado posteriormente.

Com relação à China, o autor busca desmistificar a ideia de que o autoritarismo chinês conferiria ao Partido Comunista da China (PCC) a capacidade de guiar o modelo de desenvolvimento sem ter que buscar respaldo na população e sem se preocupar, portanto, com a legitimidade do processo. Bardhan admite que o modelo autoritário poderia ser favorável à manutenção, a médio e longo-prazo, de medidas macroeconômicas que sejam, de acordo com a concepção do governo, compatíveis com o modelo de desenvolvimento traçado pelo mesmo. Entretanto, o autor apresenta argumentos que apontam para o fato de que, mesmo sendo autoritário, o regime não seria tão não participativo quanto se pensa, haja vista a necessidade da liderança política chinesa em cooptar, por muitas vezes, as classes mé-

dias chinesas para dentro do seu projeto, visando dar sustentabilidade e legitimidade ao mesmo. Dessa forma, o governo (que teria como outras fontes de legitimidade a própria prosperidade econômica alcançada e o nacionalismo) não teria, ao contrário do que se pensa no senso comum, total autonomia para tomar medidas em prol do desenvolvimento nacional.

Outro argumento defendido seria o de que, ao contrário do que se vê em grande parte da informação disponível na mídia, o modelo chinês não seria centralizado. Nesse sentido, o autor defende a tese de que haveria um elevado grau de descentralização no modelo, uma vez que o mesmo teria como característica básica o método de primeiro testar um novo arranjo institucional em escala local e, em um segundo momento, se tal arranjo obtivesse sucesso, o mesmo passaria a ser aplicado em larga escala, dando, inclusive, legitimidade à nova política nacional. Isso só seria possível em razão da maior autonomia delegada aos governos locais que teria permitido aos mesmos uma aproximação estratégica a uma classe empreendedora doméstica emergente, sendo essa aproximação uma das principais variáveis explicativas para o desenvolvimento chinês.

Por outro lado, o autor ressalta que, embora a descentralização tenha sido, até então, favorável ao desenvolvimento da China (como o próprio Bardhan destaca em diversos exemplos como no caso da infraestrutura rodoviária e energética), a ausência de uma estrutura democrática combinada a esse elevado grau de descentralização po-

deriam se configurar como obstáculos ao controle do governo central sobre “excessos capitalistas”. Tais excessos seriam encontrados na relação entre governos locais e interesses comerciais, e vêm gerando degradação ambiental e violações dos padrões de segurança do consumidor, além da aceleração da desigualdade. Bardhan destaca que esses problemas poderiam se degradar ainda mais diante da ausência de regulações e fiscalizações mais efetivas, podendo ameaçar, portanto, a sustentabilidade do próprio crescimento chinês.

Bardhan desenvolve seu argumento de tal forma que chega à conclusão de que, na verdade, o modelo indiano, apesar de democrático, seria muito mais centralizado que o chinês. Isso porque a democracia local seria extremamente fragilizada dada a dependência com relação à iniciativa pública central para a realização dos diversos projetos promovidos ao longo do processo de desenvolvimento, já que o financiamento dos mesmos geralmente seria promovido através de subsídios e empréstimos federais. Tal dependência, aliás, é apontada pelo autor como uma das principais razões dos gargalos econômicos apresentados pela economia indiana, como, por exemplo, o caso emblemático da sua infraestrutura extremamente deficitária em transportes e energia. Esse déficit é visto como fruto da incapacidade dos governos locais em financiar a construção de rodovias e redes energéticas, assim como a manutenção das mesmas. Dessa forma, tais setores (energia e transportes) teriam se tornado grandes obstáculos ao desenvolvimento indiano, dado que o investimento e a evolução desses setores não teriam acom-

panhado o ritmo do crescimento do país.

Conforme foi apresentado anteriormente, a tradição populista presente na cultura política do país representaria, segundo Bardhan, outro obstáculo presente no modelo indiano. Isso porque, entre outros efeitos, a mesma faria com que o governo tivesse grandes compromissos com a geração de emprego e em não permitir o aumento dos preços cobrados pela principal companhia energética. Esses fatores são apontados pelo autor como decisivos por fazerem com que: 1) a companhia energética não tenha recursos para gerir de forma suficientemente responsável a sua rede; 2) não seja possível a demissão de trabalhadores não produtivos da esfera pública; e, 3) haja um crescente endividamento do governo central, o que se configura como outro possível obstáculo à manutenção do crescimento acelerado. Dessa forma, tal cultura pode ser vista como a principal causa de efeitos contra produtivos na economia indiana, haja vista que enquanto a precariedade da rede de transportes e energia se torna um desincentivo para o investimento privado, a produtividade do setor público é abalada pela manutenção de profissionais não produtivos.

Como já foi dito nesta resenha, uma das principais preocupações do autor é analisar os efeitos da aplicação de cada um dos modelos de desenvolvimento com relação às suas consequências para a população. Nesse sentido, o autor ressalta que, em ambos os modelos, os benefícios gerados pela aceleração do crescimento não foram repartidos de maneira proporcional para a população dos seus países. Segundo Bardhan, a chave

para se entender o avanço da desigualdade tanto na Índia quanto na China estaria no setor da agricultura, que se configuraria de forma diferente em cada um desses países. Nesse sentido, o autor apresenta o caso chinês como tendo maior capacidade de reduzir a grande desigualdade existente, isso porque na China se poderia perceber a herança de um legado deixado pelo período comunista que teria permitido uma distribuição de terras bastante equitativa após o fim da coletivização do campo. Além desse fator, a industrialização no campo teria avançado muito mais na China, e, aliada ao apoio dos governos locais (com elevado grau de autonomia) e aos fortes investimentos em infraestrutura, teria permitido um significativo aumento de produtividade, conferindo, à população rural, maiores excedentes e, conseqüentemente, maior segurança econômica.

O autor também apresenta a desigualdade em cada um dos dois países como qualitativamente diferentes. Isso porque a China apresentaria uma grande desigualdade de renda (principalmente se as áreas urbanas e rurais fossem comparadas), enquanto, a Índia teria uma grande desigualdade de oportunidade gerada pelo baixo investimento em educação de base e no acesso às terras. Tais eventos amenizariam os efeitos da desigualdade, principalmente para a população do campo, a mais sensível a esse problema.

Dessa forma, após a leitura do texto, podemos perceber que as fragilidades estruturais apresentadas, notadamente os gargalos de infraestrutura e desigualdade de oportunidade na Índia e os pontos desfavore-

ráveis relacionados ao elevado grau de des-centralização na China, assim como as suas fortes desigualdades de distribuição renda, deveriam ser superadas a fim de que esses países consigam atingir a sustentabilidade do seu crescimento tanto no que diz respeito à manutenção das taxas, quanto a menores impactos ao meio-ambiente